

OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO MINISTERIAL DIANTE DOS ASPECTOS MULTIDIMENSIONAIS DA REALIDADE EDUCACIONAL

Rodrigo Nicéas Carneiro Leão

Diego Henrique de Oliveira

Maria Vitória Costa Magalhães

RESUMO

O presente artigo aborda os desafios enfrentados pelos pedagogos ministeriais na atuação em contextos educacionais marcados por múltiplas vulnerabilidades sociais, educacionais e familiares. Partindo de uma perspectiva teórica e prática, destacamos a importância da intersetorialidade e da interdisciplinaridade como estratégias fundamentais para fortalecer as redes de cuidado voltadas à Infância e Juventude. Ao longo do texto, refletimos sobre a necessidade de uma abordagem multidimensional para compreender e superar as barreiras que limitam o processo educacional, com ênfase na criação de espaços de diálogo ético entre escolas, famílias, comunidades e instituições públicas. Além disso, são apresentados relatos práticos que ilustram os impactos das barreiras atitudinais e da fragmentação das políticas públicas, reforçando a urgência de uma atuação colaborativa que promova a inclusão e a proteção integral de crianças e adolescentes. Por fim, concluímos que a integração entre diferentes setores e saberes é essencial para aprimorar as políticas públicas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Pedagogo Ministerial; Intersetorialidade; Multidimensionalidade; Infância e juventude.

ABSTRACT

This article addresses the challenges faced by ministerial educators when working in educational contexts marked by multiple social, educational, and family vulnerabilities. From a theoretical and practical perspective, we highlight the importance of intersectorality and interdisciplinarity as fundamental strategies to strengthen care networks focused on children and youth. Throughout the text, we reflect on the need for a multidimensional approach to understand and overcome the barriers that limit the educational process, with an emphasis on creating spaces for ethical dialogue between schools, families, communities, and public institutions. In addition, practical reports are presented that illustrate the impacts of attitudinal barriers and the fragmentation of public policies, reinforcing the urgency of collaborative action that promotes the inclusion and comprehensive protection of children and adolescents. Finally, we conclude that integration between different sectors and knowledge is essential to improve public policies and contribute to the construction of a more just and inclusive society.

Keywords: Ministerial Pedagogy; Intersectorality; Multidimensionality; Childhood and Youth.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para a Infância e a Juventude têm enfrentado desafios cada vez mais complexos, marcados pela interseção de múltiplas vulnerabilidades sociais, educacionais e familiares. No contexto de nossa atuação pedagógica ministerial, esses desafios se revelam de maneira evidente, demandando conhecimentos e práticas que vão além de soluções pontuais ou setorializadas. Considerando a fundamental importância da garantia da proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, compreendemos que o cenário atual demanda o fortalecimento das redes de cuidado baseadas na intersetorialidade e na interdisciplinaridade.

No presente artigo, buscamos refletir sobre os desafios que enfrentamos como pedagogos ministeriais diante das realidades educacionais multifacetadas, destacando a importância de tecermos espaços de diálogo entre diferentes atores e setores para o fomento das boas práticas educativas. Para tanto, partimos da compreensão de que o processo educativo não se limita ao ambiente escolar, mas se expande para as relações entre escolas, famílias, comunidades e instituições públicas e privadas, formando uma rede que precisa ser fortalecida e aprimorada para responder às complexas demandas contemporâneas.

Em nossa prática pedagógica cotidiana, no âmbito das Promotorias de Justiça da Educação da Capital (MPPE), reconhecemos a importância da multidimensionalidade dos sujeitos envolvidos nos processos educativos, valorizando suas necessidades, potencialidades e contextos. Por isso, baseados em reflexões teóricas e experiências práticas, apresentamos, neste artigo, as bases conceituais que sustentam nossa atuação e exemplos concretos que ilustram os desafios e as possibilidades de implementar uma atuação ministerial que fortaleça as redes de cuidado na Infância e Juventude.

Dessa forma, esperamos contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e para o fortalecimento de uma atuação pedagógica que promova uma educação inclusiva, ética e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

HORIZONTES DE COMPREENSÃO SOBRE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO DO SER HUMANO

Em nossa compreensão, tecer considerações sobre a atuação do profissional de Pedagogia no âmbito das Promotorias de Justiça de um Ministério Público demanda, primeiramente, a assunção do que se entende por Pedagogia e qual o seu papel diante da complexa realidade humana. Para nós, elucidar tais pressupostos é um movimento necessário para compreendermos as bases teóricas, filosóficas e práticas que embasam a nossa atuação nesse âmbito. Após essa compreensão geral, é possível refletirmos sobre nossa atuação e sobre as realidades averiguadas em diferentes contextos, principalmente aquelas que dizem respeito à proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes.

Ao longo de nosso percurso formativo como pedagogos, processo contínuo que não se encerrou com a conclusão do curso superior, foi possível compreender que o percurso histórico atrelado à Pedagogia apresenta diversas correntes e entendimentos teóricos sobre o que é Educação e sobre como educar o indivíduo humano, o que acabou por dificultar uma compreensão acadêmica mais cristalina e unificada. Aqui, portanto, vamos tecer as linhas que compõem o nosso horizonte de compreensão sobre o que é essencialmente pedagógico/educativo.

Um primeiro apontamento que registramos é que, em nossa compreensão, os conceitos Pedagogia e Educação podem ser utilizados como sinônimos, sem prejuízo de perdas conceituais ou práticas, uma vez que ambas, em nosso horizonte de compreensão, dizem respeito ao processo de *humanização* do ser humano (Röhr, 2007). Com isso, ao longo do presente artigo, a utilização dos termos Pedagogia ou Educação, pedagógico ou educativo/educacional, devem ser concebidos como expressões sinônimas que dizem respeito ao processo pelo qual o ser humano desenvolve “nele o que tem de mais humano e que não é simplesmente resultado da sua maturação natural” (Röhr, 2007, p. 57). Ao longo das linhas que seguem vamos delinear melhores horizontes.

Por um lado, existe uma corrente teórica que defende uma conceituação específica para a Pedagogia, na qual ela é concebida como ciência da Educação. Para o educador e teórico da educação José Carlos Libâneo (2001, p. 06, grifos do autor), a Pedagogia

[...] é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O didata alemão Schimied-Kowarzik (1983) chama a Pedagogia de ciência *da e para* a educação, portanto é a teoria e a prática da educação. Ela tem um caráter ao mesmo tempo explicativo, praxiológico e normativo da realidade educativa, pois investiga teoricamente o fenômeno educativo, formula orientações para a prática a partir da própria ação prática e propõe princípios e normas relacionados aos fins e meios da educação.

Como visto acima, é possível compreender que a Educação seria o processo que se dá dentro dos indivíduos humanos e entre eles, enquanto a Pedagogia seria a ciência que estuda tais processos. Em nosso horizonte de compreensão, nossa formação nos levou ao entendimento de que Pedagogia e Educação dizem respeito ao mesmo objeto de estudo: o processo pelo qual o homem se humaniza, por meio do desenvolvimento de suas múltiplas dimensões e do encontro e da assunção de um sentido existencial próprio diante do mundo concreto que o rodeia.

Nossa concepção educacional/pedagógica, apresentada acima, encontrou uma base humana e ética no pensamento do educador e filósofo da Educação Ferdinand Röhr, que nos fez refletir que a Educação é uma ciência cujo objeto epistêmico de estudo é a *humanização do homem*, sendo esta entendida como um processo mais complexo e sutil do que o mero amadurecimento biológico. Sobre isso, Röhr (2007, p. 57) explicita que

Sem dúvida, quando o homem nasce, ele já é um ser humano, no sentido de que ele pertence à espécie humana e traz por si só elementos de crescimen-

to biológico, de amadurecimento psíquico e de desenvolvimento cognitivo, aos quais, no seu conjunto, podemos chamar de hominização, que de forma alguma esgota a realização das suas potencialidades humanas. A intenção educacional [*a humanização*] é tornar o homem, nesse segundo sentido, de desenvolver nele o que tem de mais humano e que não é simplesmente resultado da sua maturação natural. Isso não implica a crença de que a plena realização de todas as potencialidades humanas seja possível. Trata-se de um processo de aproximação.

Aprofundando os contornos do que entendemos sobre Pedagogia, elencamos, a seguir, os pressupostos conceituais que norteiam nossa prática no âmbito das Promotorias de Justiça da Educação: a) o ser humano é concebido como um ser multidimensional, complexo, cujas potencialidades não se encerram apenas com o crescimento biológico, o amadurecimento psíquico e o desenvolvimento cognitivo; existem outras dimensões que o caracterizam humanamente; b) pensar na humanização do homem, portanto, inclui a contemplação das múltiplas dimensões que compõem cada indivíduo; c) o processo de humanização não é o mesmo para todos os seres humanos - cada indivíduo deve voltar-se para si mesmo e compreender os possíveis sentidos de sua existência; d) por fim, considerando que o ser humano é um ser multidimensional e que a busca pelo sentido existencial é um caminho individual, *a educação pode ser concebida como o processo de busca da integralidade e do sentido existencial de cada indivíduo*. É aqui que a Educação e a Pedagogia podem contribuir para a formação humana do homem, para o seu desenvolvimento existencial, ajudando-o a encontrar e a assumir o caminho que lhe é mais autêntico.

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ÂMBITO MINISTERIAL

A MULTIDIMENSIONALIDADE PEDAGÓGICA NA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO MINISTERIAL

A nossa chegada ao MPPE e, mais especificamente, às três Promotorias de Justiça dedicadas à Educação da Capital foi um momento importante de encontro entre as teorias pedagógicas que estudamos ao longo de nossa formação acadêmica e as demandas das pessoas que buscam estas Promotorias de Justiça para terem assegurado seu direito à Educação. Desvelando ainda mais esse encontro, um primeiro desafio que encontramos foi o de compreender como nossa atuação se concretizaria, uma vez que a essência institucional do MPPE é jurídica, enquanto nossa formação é pedagógica. Assim, foram muitos os movimentos práticos e teóricos que realizamos em busca de intersecções entre a área jurídica (os direitos que assistem à população) e a área pedagógica (as contribuições para o desenvolvimento integral daqueles e daquelas que nos procuram).

Uma facilidade que tivemos foi o fato de termos conhecido a teoria de Ferdinand Röhr (2013) sobre a multidimensionalidade da realidade, do ser humano e da Educação. Compreender que cada indivíduo é complexo e possui múltiplas dimensões que o constituem, que cada

processo educacional também é multifacetado e envolve diversas instâncias, e que a realidade averiguada apresenta várias dimensões que precisam ser consideradas foram fatores determinantes para que encontrássemos uma forma pedagógica adequada de proceder na análise dos procedimentos que nos foram confiados, no diálogo com os Promotores de Justiça e, mais ainda, nas diversas interações com os sujeitos que participaram/participam direta ou indiretamente dos processos educativos averiguados.

Assim, resumidamente, analisamos os procedimentos e as solicitações dos Promotores de Justiça por meio de uma lente metodológica que busca abarcar os múltiplos aspectos constituintes da realidade averiguada. Tal abordagem multidimensional é importante porque busca se manter aberta ao aprendizado, à reflexão crítica, à busca por entendimentos mútuos, ao diálogo respeitoso e às resoluções mais integrais possíveis para cada situação.

Dessa forma, *a práxis marcante da atuação do pedagogo ministerial, em nossa compreensão, é essa busca por contemplar os aspectos multidimensionais, éticos e dialógicos que envolvem estudantes, profissionais da Educação, famílias, comunidades e demais atores que participam desse movimento de edificação dos direitos humanos*. Isso porque a materialização desses direitos, os quais representam valores humanos, confere aos indivíduos envolvidos e à própria sociedade um enorme benefício dos pontos de vista emocional, psicológico, social, racional e espiritual.

Como visto acima, a bússola orientadora de nossa atuação já estava bem consolidada quando começamos a analisar os casos enviados à nossa equipe pedagógica e a elaborar os respectivos relatórios de averiguação. Porém, é necessário enfatizar que os assuntos específicos de nossa área de atuação são muito complexos¹ e exigem uma grande imersão conceitual e prática para que possamos nos aproximar às suas complexidades e nuances. O entendimento de que precisamos estudar a fundo os assuntos de nossa atuação cotidiana foi um aprendizado determinante para cultivarmos uma postura humana e profissional atenta, aberta, humilde e vigilante sobre o nosso fluxo de atuação, posto que a realidade averiguada em cada caso concreto é sempre complexa, multifacetada e demanda uma abordagem que respeite tais complexidades.

RELATOS SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA MINISTERIAL (DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO)

Para uma melhor compreensão dos desafios que se impõem à atuação do pedagogo ministerial, em relação à garantia do direito à Educação, é necessário apresentar algumas reflexões que derivaram de vivências de nosso cotidiano profissional e que ilustram toda a complexidade que envolve os processos educacionais e humanos. Com isso, além de caracterizarmos de forma

1 Alguns exemplos dos assuntos específicos de nossa área de atuação são: assuntos relativos à inclusão escolar de estudantes com deficiência (área extremamente vasta e complexa); assuntos relacionados à violência no âmbito escolar; assuntos relacionados ao respeito às diversas leis que influenciam o ambiente escolar e a atuação dos profissionais escolares; assuntos relacionados a possíveis desrespeitos aos direitos gerais dos estudantes; etc.

prática a atuação desta equipe pedagógica ministerial, também delineamos exemplos reais de pessoas e situações que necessitam de uma análise multidimensional, ética e dialógica.

Além dos Muros da Escola: A Interseção Entre Educação, Vulnerabilidades e Diálogo

Em nossa atuação, realizamos várias visitas de averiguação pedagógica junto a diferentes escolas, de diferentes regiões, tamanhos e perfis. Nessas visitas, os objetos de averiguação diferem de acordo com as denúncias específicas, podendo ser questões relativas a: inadequações estruturais que estejam afetando o aproveitamento escolar; ausência de professores; irregularidades na inclusão de estudantes com deficiência; violência escolar; inadequações pedagógicas e/ou administrativas; ou quaisquer outras questões que estejam dificultando ou impedindo o processo educacional de um indivíduo ou de um coletivo.

Independente da questão averiguada, e da instituição averiguada, compreendemos que qualquer resultado positivo de nossa atuação está diretamente condicionado ao diálogo que conseguimos estabelecer com os diferentes atores daquela unidade escolar e às análises que conseguimos realizar dos múltiplos aspectos que interferem naquele processo educacional específico.

Isto quer dizer que a nossa própria postura de aproximação em relação ao ambiente escolar visitado e às pessoas reais que ali convivem diariamente necessita ser multidimensional, ética e dialógica, para que as interações entre nossa equipe pedagógica ministerial e a equipe escolar alcancem dois objetivos centrais: 1º) caracterizar a realidade educacional daquela unidade, de forma a possibilitar o desvelamento dos possíveis indícios de irregularidade; 2º) zelar pela constante melhoria dos serviços educacionais. Assim, esses dois objetivos marcam a essência de nossas interações com os diferentes profissionais escolares entrevistados (gestoras, coordenadoras, professoras, profissionais de apoio, auxiliares de serviços gerais, porteiros, etc.).

A nossa prática cotidiana tem nos ensinado que a abertura de um canal de diálogo respeitoso com esses profissionais é uma excelente forma de zelar pela constante melhoria dos processos educacionais, posto que, em um diálogo respeitoso, os diferentes profissionais têm espaço para falar sobre as dificuldades que enfrentam, sobre as limitações que marcam suas atuações cotidianas e para delinear a realidade educacional que vivenciam, contribuindo para a efetividade de nossa atuação e, conseqüentemente, para a elucidação das possíveis melhorias a serem adotadas pela escola.

Por vezes, muitas das questões que são relatadas como entraves ao processo educacional pelas profissionais que entrevistamos têm sua origem e solução fora dos muros da escola, como, por exemplo: ausência de acompanhamento clínico multidisciplinar a estudantes com deficiência/transtorno; vulnerabilidades familiares que acabam por influenciar no comportamento e no desempenho escolar de alguns estudantes; vulnerabilidade social na comunidade em que a escola está situada; situações que necessitam da intervenção e do acompanhamento de instituições

como as Promotorias de Justiça (da Educação e da Infância e Juventude), o Conselho Tutelar, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), etc.

Com a apresentação dessas questões “extraescolares”, suscitadas por diferentes profissionais que entrevistamos, queremos problematizar a importância de cultivarmos uma postura dialógica e respeitosa com os diferentes atores com os quais interagimos em nossa atuação ministerial, posto que as realidades que averiguamos são muito complexas e, geralmente, são muito influenciadas por questões que vão além da nossa área de atuação, pois são multifacetadas.

Abordagens Multidimensionais na Inclusão Escolar

Detalhando um pouco mais o cotidiano de nossa atuação ministerial, é necessário elencar também algumas situações que consideramos mais graves, posto que estudantes com deficiência ou transtorno chegam a ser suspensos ou até expulsos de suas escolas por causa de respostas biopsicossociais a determinados estímulos que estão presentes no ambiente escolar, as quais geralmente se materializam em crises sensoriais e comportamentos desafiadores.

Como é de costume em nossa equipe pedagógica, quando uma denúncia com esta gravidade chega para análise, direcionamos nosso olhar para os múltiplos aspectos que contribuem ou provocam os momentos de desregulação e de crise desses estudantes, posto que a compreensão desses elementos multifacetados é, em nossa compreensão, uma chave essencial para a garantia da inclusão escolar destes estudantes.

Em alguns casos em que analisamos as ações adotadas por escolas em relação à inclusão de estudantes com quadros mais complexos, compreendemos que é necessário ir muito além dos saberes que estão presentes no chão da escola: é necessário compreender quem é este estudante real, em sua integralidade; é necessário conhecê-lo a partir do ponto de vista de sua família, dos profissionais escolares que o acompanham diariamente e dos profissionais clínicos que o acompanham. Assim, a análise dos eventos ocorridos na escola podem ser melhor compreendidos, uma vez que os múltiplos olhares dos diversos atores que acompanham o estudante desvelam aspectos de sua singularidade e de sua integralidade, dando previsibilidade e apontando caminhos para que a prática educativa encontre êxito.

Por vezes, as questões que se apresentam como “impossíveis” à equipe escolar são, na verdade, “impossíveis ao olhar unidimensional” da Educação. A complexidade dos fatores psicológicos, emocionais, neurológicos, culturais, familiares, hormonais, etc. não podem e não poderão jamais ser esgotados unicamente por meio de um olhar unicamente educativo. Nesses casos específicos, é necessário e urgente o exercício da interdisciplinaridade e da intersetorialidade; é necessário que diversos profissionais, de diferentes especialidades, conversem entre si sobre os possíveis elementos que têm contribuído para os momentos de desregulação daquele estudante; é necessário que as diferentes instituições (escola, família, profissionais clínicos) adotem uma

postura dialógica e de cooperação para compreender e acolher as necessidades complexas daquele estudante específico.

Ocasionalmente, a complexidade dos casos averiguados denota condutas inadequadas de alguma instituição ou de algum ator específico, o que acaba por obstaculizar a garantia dos direitos humanos a esses estudantes. Nessas situações, enfatizamos que é necessário e urgente a intervenção de instâncias garantidoras desses direitos, como as Promotorias de Justiça (da Educação e da Infância e Juventude), o Conselho Tutelar, o CAPS, etc. Assim, considerando as vulnerabilidades inerentes às crianças e jovens expostos a essas situações complexas, resta-nos a certeza de que é necessário formar e fortalecer as redes de cuidado da Infância e Juventude.

Barreiras Atitudinais na Educação: Necessária Revisão Ética e Dialógica

Um registro triste que fazemos em relação a algumas realidades averiguadas diz respeito às posturas bélicas, excludentes e desresponsabilizantes que alguns atores demonstram em face das dificuldades enfrentadas no cotidiano educacional. De uma maneira mais simples, esta equipe pedagógica encontrou diversas barreiras atitudinais que simplesmente impediam a construção de soluções para os problemas educacionais que se apresentavam a educadores, gestores, familiares e profissionais clínicos.

Quando nos referimos a tais barreiras, não nos dirigimos especificamente a um segmento específico dos atores que participam do processo educacional de crianças, adolescentes e jovens. Antes, nosso objetivo é o de sublinhar as características positivas que devem nortear as posturas desses atores na condução do processo educativo e, principalmente, na superação ética e dialógica das situações que se apresentam como complexas e desafiadoras.

Como exemplo concreto de barreiras atitudinais que inviabilizam ou dificultam o processo educacional de crianças, adolescentes e jovens, destacamos as posturas de alguns profissionais escolares que simplesmente se desresponsabilizam por estes estudantes e não adotam qualquer atitude que venha a contribuir para a superação das dificuldades e dos desafios vivenciados no cotidiano. Tal desresponsabilização costuma ser evidenciada quando os profissionais escolares, diante das várias situações desafiadoras, culpam exclusivamente os próprios estudantes, ou suas famílias, por tais dificuldades. Infelizmente ainda nos deparamos com alguns profissionais que não compreendem que o processo educacional de um estudante é uma responsabilidade compartilhada entre a família e a escola, sendo, portanto, uma responsabilidade que também é sua.

Com as reflexões acima, queremos destacar que *educar requer abertura, requer uma postura ética e dialógica de “responsabilizar-se por”, de implicar-se nos desafios e dificuldades encontradas ao longo do caminho educativo*. É importante registrar que, da mesma forma que profissionais escolares têm posturas inadequadas, também observamos que alguns membros da família também não aceitam “abrir-se ao diálogo” com os profissionais escolares. Por vezes, averiguamos que algumas famílias se fecham em suas dores, em seus receios e acabam, com isso,

agindo de forma a responsabilizar única e exclusivamente o ambiente escolar pelas dificuldades apresentadas por seus filhos e filhas.

Assim, não é surpresa que essas realidades complexas acabem chegando até o Ministério Público. Em nossa compreensão, diante dessas barreiras atitudinais, é preciso, primeiramente, fomentar uma reconfiguração das posturas desses atores por meio da compreensão de seus papéis e suas responsabilidades na condução do processo formativo de cada criança, adolescente ou jovem. Isso porque uma realidade complexa e desafiadora necessita de abertura e diálogo para que as diferentes nuances sejam evidenciadas e para que as soluções sejam construídas e implementadas, no âmbito escolar, no âmbito familiar e no âmbito clínico, se preciso.

Por todos os elementos singulares elencados acima, consideramos que a atuação do pedagogo ministerial envolve, necessariamente, a análise dos aspectos mais sutis do ser humano a quem se dedica o processo educacional (o estudante), sem prescindir da análise sutil das integralidades dos educadores e dos familiares que atuam e influenciam diretamente o processo de formação desse estudante.

Aqui, delinea-se uma grande dificuldade para a atuação do pedagogo ministerial, que é a identificação de formas possíveis de promover um diálogo efetivo entre escola e família, contribuindo para a mudança de atitudes, comportamentos e crenças, no sentido de evitar que ambos os lados se fechem em suas perspectivas, se desresponsabilizando pelo enfrentamento das dificuldades que se apresentam cotidianamente.

Mais uma vez, a realidade que averiguamos enfatiza: fragmentar o olhar em relação ao ser humano multidimensional, que é o estudante, prejudica seu processo educativo. Da mesma forma, atuar de forma fragmentada também reduz significativamente as chances de encontrar soluções viáveis e adequadas para o bom desenvolvimento desse ser. Nesse sentido, considerar a multidimensionalidade do ser humano, das relações humanas e do processo educacional pode nos ajudar a alargar os horizontes sobre o que é possível, o que é saudável e o que é adequado ao processo de humanização dos estudantes que estão, de alguma forma, envolvidos em situações desafiadoras e complexas.

INSUFICIÊNCIA DA ABORDAGEM UNIDIMENSIONAL NO ENFRENTAMENTO DAS COMPLEXIDADES AVERIGUADAS

Como consequência direta das complexidades averiguadas em nosso cotidiano profissional, conforme os exemplos concretos que delineamos acima, uma conclusão se fez e se faz imperiosa a quem deseja contribuir para a garantia dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens: a abordagem unidimensional (ou unidisciplinar ou unissetorial) não resolve a complexidade da realidade humana que se apresenta em sua multidimensionalidade. É preciso, pois, cultivar uma postura de abertura, de diálogo e de cooperação para contemplar, minimamente, as inúmeras necessidades que se apresentam em cada uma das crianças, adolescentes e jovens.

INTERSETORIALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE COMO ABORDAGENS ADEQUADAS À COMPLEXIDADE HUMANA

Considerando todo o percurso argumentativo que realizamos até aqui, compreendemos que a intersectorialidade e a interdisciplinaridade surgem como respostas indispensáveis à complexidade dos problemas que permeiam a vida humana. A abordagem setorial tradicional das políticas públicas, marcada pela fragmentação e pelas ações pontuais, muitas vezes falha em compreender e em atender às necessidades multifacetadas dos indivíduos e das comunidades.

Como destaca Cunill-Grau (2016), a intersectorialidade visa romper com a fragmentação das ações, permitindo que diferentes setores e áreas do conhecimento articulem soluções integradas para problemas sociais reais, reconhecidamente multidimensionais. Essa integração transforma não apenas os serviços oferecidos, mas também a vida dos sujeitos atendidos.

A natureza multifacetada das questões sociais exige que o olhar ultrapasse as fronteiras de um único setor, uma vez que os problemas reais, marcados por vulnerabilidades plurais, não respeitam divisões setoriais (Pires *apud* Bartos, 2023). Assim, estratégias intersectoriais não se limitam a combinar esforços, mas *demandam uma cooperação profunda entre instituições, como escolas, unidades de saúde, e órgãos de assistência social, para enfrentar desafios como o abuso sexual infantil ou a inclusão de crianças com deficiência*. Nesse contexto, a interdisciplinaridade complementa a intersectorialidade ao mobilizar saberes distintos para analisar a complexidade de cada caso e propor intervenções adequadas.

A efetividade da intersectorialidade depende de sua organização como um processo deliberado e coletivo. Como ressalta Campos (*apud* Grossi *et al.*, 2013), ela não ocorre de forma espontânea, mas exige a criação de espaços comunicativos, a capacidade de negociação e o respeito às particularidades de cada setor ou profissional envolvido. Além disso, Chaban (2022) destaca que *trabalhar em rede vai além de encaminhar demandas entre instituições*; é necessário um acolhimento integral dos indivíduos, oferecendo informações, orientações e acesso a direitos e serviços sociais, em um movimento que promove a cidadania e combate desigualdades.

Por fim, a intersectorialidade e a interdisciplinaridade não são apenas estratégias práticas, mas refletem um fundamento político e ético essencial. Como enfatiza Bourguignon (*apud* Grossi *et al.*, 2013), essas abordagens possibilitam a transformação integral dos sujeitos sociais ao articular esforços para garantir direitos humanos e sociais. Diante da complexidade da realidade contemporânea, a adoção dessas perspectivas representa não apenas um avanço técnico, mas uma necessidade imperativa para responder de forma eficaz e humana às demandas da sociedade. Portanto, integrar diferentes setores e saberes não é apenas uma escolha estratégica, mas uma responsabilidade ética e política. É nesse diálogo constante entre as dimensões intersectorial e interdisciplinar que se encontra o potencial para enfrentar problemas complexos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios que enfrentamos na atuação pedagógica ministerial, em contextos marcados pela complexidade educacional e social, reforçam a necessidade de pensarmos e adotarmos abordagens que contemplem a multidimensionalidade dos sujeitos e das realidades averiguadas. A partir das reflexões teóricas e dos exemplos práticos apresentados neste artigo, reafirmamos que a integração entre diferentes setores e a colaboração interdisciplinar são elementos indispensáveis para a construção de soluções mais eficazes e humanizadas no campo educacional.

Assim, compreendemos que a intersetorialidade e a interdisciplinaridade são estratégias fundamentais para superar a fragmentação das políticas públicas e para promover respostas mais integrais às demandas complexas da Infância e da Juventude. Ao articular diferentes saberes e setores em um esforço coletivo, ampliamos o acesso a direitos e serviços sociais, construindo uma rede de cuidado que acolhe as múltiplas dimensões do ser humano. Por isso, é importante enfatizar que essas abordagens não atendem apenas às necessidades imediatas, mas também fomentam transformações duradouras nos sujeitos envolvidos e nas instituições que os cercam.

Em nossa prática pedagógica ministerial, ao buscar soluções para problemas educacionais complexos, aprendemos que o diálogo respeitoso e uma postura ética que valoriza a contribuição de todos os atores envolvidos no processo educativo são fundamentais. Seja por meio da mediação entre escola e família, seja por meio da interação com outras instituições, como Conselhos Tutelares, Secretarias de Educação, profissionais clínicos ou outras Promotorias de Justiça, acreditamos que a construção e o fortalecimento de redes de cuidado intersetoriais e interdisciplinares fortalecem a proteção integral de crianças e adolescentes.

Por fim, consideramos que, para enfrentar os desafios da realidade educacional contemporânea, é imperativo mantermos uma visão ampliada que considere a complexidade do ser humano e das relações sociais, bem como contemplarmos os aspectos multidimensionais, éticos e dialógicos que envolvem os diferentes indivíduos que participam dos processos educativos. Somente assim conseguiremos tecer espaços de diálogo efetivo e aprimorar as políticas públicas, contribuindo para uma educação mais inclusiva e para a edificação de uma sociedade mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS

BARTOS, M. S. H.. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: uma reflexão sob a ótica da intersetorialidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 1131–1138, abr. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232023284.08962022>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CHABAN, Leila. **Intersetorialidade da rede de proteção social: enfrentamento do abuso sexual infantil no município de Várzea Grande (MT)**. 2022. 323 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/45142>>. Acesso em: 18 mai. 2023.

CUNILL-GRAU, Nuria. A Intersetorialidade Nas Novas Políticas Sociais: Uma Abordagem Analítico-Conceitual. IN: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. – N. 26 (2016) - . Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005- . 176p.; 28 cm. ISSN 1808-0758. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudos%2026.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

GROSSI, Patrícia Krieger; VIEIRA, Monique Soares; GASPAROTTO, Geovana Prante; COUTINHO, Ana Rita Costa; BARCELOS, Maria Inês Nunes; LEITE, Madalena. O Enfrentamento À **Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes: Desafios à Intersetorialidade**. 2013. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10923/9473>>. Acesso em: 18 mai. 2023.

LIBÂNEO, J. C.. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, n. 17, p. 153–176, jan. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/xrmzBX7LVJRY5pPjFxxQgnS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

RÖHR, Ferdinand. Reflexões em torno de um possível objeto epistêmico próprio da Educação. **Rev. Pro-Posições**[online]. 2007, vol. 18, n. 1 (52), p. 51-70. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2401/52-dossie-rohrf.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

RÖHR, Ferdinand. **Educação e Espiritualidade**: contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.